



## ECONOMIA E PATRIMÔNIO NO LITORAL PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO (1850-1855)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3743

Vinícius Augusto Andrade de Assis, UEL

### Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar os aspectos do patrimônio e das atividades econômicas do Capitão Mor Manoel Antonio Pereira e sua esposa Dona Leocádia Antonia da Costa Pereira, proprietários de duas fazendas e comerciantes de grosso trato na Comarca de Paranaguá. Na virada do século XVIII para o XIX, a então vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, além de passar por uma estabilidade econômica e expansão comercial em seu porto, estabeleceu-se também uma sociedade segmentada, com relevante concentração de riqueza e tendo a posse de escravos como principal demanda nesse processo de hierarquização, sendo a década de 1820 um marco do desenvolvimento do comércio marítimo em decorrência da exportação de erva-mate, farinha e madeira, e importação de produtos manufaturados do Rio de Janeiro. Com base no inventário *post-mortem* de Leocádia e em relatos memorialísticos, propomos estabelecer questões referentes à dinâmica econômica, a população escrava e a cultura material de uma região periférica, voltada à vida marítima e aos engenhos de farinha de mandioca. Tendo como referência os pressupostos de “cultura material”, propostas por Daniel Roche, juntamente com a noção de “arcaísmo como projeto” de João Fragoso e Manolo Florentino, problematizou-se os bens do casal em simbiose com o contexto social e econômico do litoral paranaense, nos permitindo relacionar suas vidas enquanto reprodução de uma elite arcaica vigente no Brasil Império.

### Palavras Chave:

Economia; História do Paraná; História regional; Patrimônio.

## Auto de Partilha

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 1857, na cidade de Paranaguá, o Juiz de órfãos e quarto suplente Capitão Antonio José de Carvalho, juntamente com um escrivão e dois partidores, apresentaram a partilha dos bens de casal da finada Leocádia Antonia da Costa Pereira. Ela era esposa de Manoel Antonio Pereira (o último Capitão Mor de Paranaguá) e proprietária de uma das maiores fortunas do litoral paranaense. Em seu inventário<sup>1</sup>, aberto em 1855, nos deparamos com um patrimônio pautado em vários campos de atuação: na administração de fazendas, na mão de obra escrava, no rentismo, na propriedade de embarcações e no comércio de gêneros diversos na comarca de Paranaguá.

Desde a década 1820, o aumento na exportação de produtos como madeira, farinha de mandioca e erva mate contribuiu para o desenvolvimento da então vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, resultando numa estabilidade econômica, expansão comercial no porto e na elevação de vila à cidade em 1842. Relatos de viajantes descrevem Paranaguá nesse período como o principal centro comercial da região, com casas de morada e prédios públicos feitos de pedra e bem cuidados, uma relevante população escrava e mulata, inúmeras lojas abastecidas e grande movimentação no porto (SAINT-HILAIRE, 1978).

Do cais e dos ancoradouros se seguia a Rua da Praia, onde se encontravam casas terras e de sobrado, estaleiros para construção e reparação de embarcações, além dos armazéns de gêneros diversos que poderiam vender produtos como arrobas de café, fumo, açúcar, erva mate, farinha, feijão, toucinho, carne seca, sal, aguardente,

enxadas, enxós, machados, foices, colheres de sopa de metal, tabuas sortidas, jaquetas, calças, mantas, lenços de seda, gravatas, camisas, tamancos, pólvora, chumbo, linhas de pesca, sabão, urinóis, cafeteiras, xicaras e pires, potes de barro, castiçais e candeeiros de folha, balanças, tijolos, e tecidos de algodão e chita (MUSEU DA JUSTIÇA, Inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira, 1855).

Ainda é preciso considerar que, após 1840, tal região se inseriu na conjuntura de emancipação política à Província de São Paulo, resultando na criação da Província do Paraná em 1853 e num processo industrialização e modernização, ainda que numa localidade agrária e escravocrata que se estenderia até finais do Oitocentos. Segundo o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos:

Toda essa situação anunciava um novo Paraná, caracterizado agora, ao inverso da situação precedente, pela expansão do poder urbano. O aumento da população nos perímetros urbanos, a maior movimentação do comércio, o crescimento da importação de artigos de luxo, as benfeitorias públicas os aumentos dos preços de escravos para trabalhos domésticos, são parâmetros que demonstram o predomínio econômico das cidades. Ainda nas cidades, os escravos de profissão doméstica também eram utilizados como negros de ganho e de aluguel. (SANTOS, 2001, p.65).

Podemos assim considerar a Paranaguá do século XIX como uma região mercantil, de economia exportadora e escravocrata, localidade propícia para a constituição de uma elite comercial que o memorialista Antonio Vieira dos Santos<sup>2</sup> descreveu como

<sup>1</sup> Vale aqui destacar que tal documentação localiza-se no museu do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no centro cívico de Curitiba.

<sup>2</sup> Portuense radicado em Paranaguá no ano de 1798, Vieira dos Santos poderia ser apenas mais um dos portugueses emigrados no Brasil e que exerceram atividades mercantis e administrativas

“proprietários principais negociantes” e “proprietários fazendeiros”, categorias que se inserem o casal mencionado acima (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, v.2, p. 299). Tendo como marco o desenvolvimento econômico do litoral paranaense nessa primeira metade do século XIX, buscamos retroceder alguns anos antes do *Auto de Partilha* de bens (citado acima) e investigar os aspectos do patrimônio e das atividades econômicas de Manoel Antonio Pereira e Leocadia Antonia da Costa Pereira. Uma vez que os bens materiais (documentados nos inventários *post-mortem*) devem ser vistos como produtos do contexto em que estão inseridos, podemos assim propor algumas questões: 1) O patrimônio do casal estaria ligado à economia de mercado local? 2) Os bens inventariados estariam reproduzindo uma hierarquia social vigente na maior parte do Império brasileiro? 3) Qual era o papel da escravidão no litoral paranaense?

## Metodologia

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, que engloba a cultura material e a composição das riquezas, consideramos indispensável à contribuição conceitual de Fernand Braudel. Historiador da segunda geração dos *Annales*, sua obra “Civilização material, economia e capitalismo”, no qual propõe uma história ocidental das economias pré-industriais na longa duração, é definitiva por abordar os aspectos da vida cotidiana enquanto primeira instância da esfera econômica, sucedida pela economia de mercado em comunicação com o capitalismo. Logo, todas as estruturas fundamentais ao ser humano, como a população, a alimentação, o habitat, o vestuário e a moda, o transporte, as moedas de troca, as fontes de energia e as cidades seriam elementos que congregam a “zona espessa, rente ao chão” que Braudel definiu como vida material (BRAUDEL,

1995, v.1, p.12).

A obra de Braudel contribuiu para novas análises relacionadas aos artefatos do cotidiano e as riquezas de grupos específicos na França, como os estudos de Daniel Roche. Inserido no contexto da Nova História Cultural francesa, este buscou compreender – ao questionar a “clássica” oposição entre infraestrutura e superestrutura – as práticas habituais e o lugar dos objetos no viver cotidiano e as relações de uso e troca que eles criam, seja numa escala econômica ou simbólica. Segundo o historiador:

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão e ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recoloca-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais. Sem dúvida, na história a vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens, e não na sucessão e na separação nítida de temporalidades propícias a comportamentos típicos (ROCHE, 2000, p. 13).

As análises de Daniel Roche acerca da cultura material e consumo na França moderna servirão de base metodológica para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Ao buscarem compreender as práticas arcaizantes da formação colonial brasileira, em especial no Rio de Janeiro na passagem do século XVIII para o XIX, os historiadores João Fragoso e Manolo Florentino se depararam com um sistema

---

nas vilas coloniais, entretanto, sua formação letrada o permitiu certa distinção social em seu meio e a produção de trabalhos patrocinados pela

Câmara Municipal, como a *Memória Histórica, Cronológica, Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu Município* (1850).

econômico pautado na contínua reiteração de uma hierarquia excludente e baseada na escravidão, do crescente enriquecimento da elite mercantil, na manutenção do sistema escravista e de créditos, além da adesão ao universo rentista, mediante a aquisição e aluguel de imóveis urbanos. Tal processo é analisado pelos historiadores enquanto um “arcaísmo como projeto”, no qual, segundo os mesmos:

A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos ideal aristocrático, que consiste em transformar sua acumulação em terras, homens e sobrados. Constituíam-se assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente. (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001, p.14).

Mesmo que os referidos historiadores estejam analisando um período anterior ao abordado em nossa pesquisa e uma região de maior dinâmica econômica, suas conclusões de um possível “ideal arcaizante” (presente na vida dos comerciantes de grosso trato) nos ajudarão a compreender os aspectos do patrimônio e das atividades econômicas de Manoel e Leocádia Pereira enquanto microsomo/indícios de um estrato social inteiro em determinado período histórico – os proprietários e negociantes no litoral paranaense no decorrer do século XIX.

### Bens do casal

A primeira notícia de Manoel Antonio Pereira na carreira mercantil foi em 1799, quando o mesmo, ao servir de testemunha em processo matrimonial, disse que saíra do Porto aos treze anos e passara um período no Rio de Janeiro, tendo se transferido depois para Antonina

aos dezenove anos, onde servia como caixeiro. Em 1815 já era alferes da Companhia de Ordenanças de Paranaguá e proprietário de vinte e quatro escravos, obtendo o título de Capitão Mor no mesmo ano. Segundo o historiador André Cavazzani, Pereira amealhou sua fortuna a partir das práticas mercantis nas quais iniciou cedo<sup>3</sup>.

O último Capitão Mor de Paranaguá foi descrito por Vieira dos Santos como negociante, proprietário de uma casa de sobrado e mais 22 casas térreas, uma chácara no Rocio, duas fazendas, possuía mais de 60 escravos e diversas embarcações “q’ presentemente não tem”, além de ter dotado “a seus filhos com perto de 50 contos de reis”. Na lista nominativa de habitantes de 1830, conta que este já era casado com Leocádia<sup>4</sup>, que vivia de “sua loja de fazendas secas e embarcações”, além de possuir o maior plantel de escravos arrolados nas sete companhias da lista, 43 cativos que também constam no inventário *post-mortem* de 1855.

Os bens inventariados de Leocádia e Manoel Antonio Pereira encontravam-se tanto no ambiente urbano quanto rural. A começar pela “morada de cazas de sobrado na rua da Praia numero onse, com cinco portas” (possível residência do casal) no valor de 10:000\$000 e outras 20 casas térreas localizadas nas ruas da Ordem, da Misericórdia, da Direita e da Praia que totalizavam em 32:200\$000, além de um comércio de Gêneros de negócio à 593\$126, elementos que atestam a vida do casal ao universo mercantil e rentista.

Ainda na cidade encontrava-se a mobília e prataria<sup>5</sup> (45:449\$800), dois terrenos (700\$000), o Hiate Emília e uma

<sup>3</sup> CAVAZZANI, 2015, p.194.

<sup>4</sup> Não encontramos documentação que relate a vida de Leocádia Antonia da Costa Pereira, porém, ela está na lista das Matronas Ilustres de

Paranaguá feita por Vieira dos Santos (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, v.2, p. 304), logo fica nítida a importância da mesma naquela sociedade.

<sup>5</sup> Não consta no inventário a descrição dos mesmos.

canoas<sup>6</sup> (650\$000). Entretanto, destacamos o plantel de 14 escravos urbanos à 9:200\$000, alguns prestadores de serviço como “Francisco Criolo, carpinteiro”, “Claro, pedreiro de nação”, “Manoel, marinheiro de nação”, “Manoel, alfaiate, de nação”, “Pedro, servente, de nação”, “Felix, sapateiro, Crioulo”, “Candida, mocamba” e “Francisca, cozinheira, de nação”.

No âmbito rural o casal era proprietário de duas fazendas na região denominada “Segundo Destricto” de Paranaguá, atual cidade de Guaraqueçaba. A começar pela “Fazenda denominada “Boa Vista” em termos próprios com três mil braças de terras”, que valia 19:795\$675 e a Fazenda denominada Palmeiras com “uma Capella coberta de telha sobre balarames de pedra com seos Ornamentos tendo esta Fazenda duas mil equinhentas braças de terras de frente” avaliada em 58:869\$300.

Os objetos pertencentes às duas fazendas evidenciam uma os elementos materiais de uma economia movida pelos engenhos de farinha de mandioca, de serrar madeira e as demais atividades agrícolas. Na Fazenda Boa Vista encontrava-se uma “casa de sobrado coberta de telha com paredes e pedra e cal”, “hum Rancho de Canoas coberta de telha com pilares de pedra e cal”, dois ranchos cobertos “de palha que serve para deposito de madeiras sobre esteio de pau”, roda, prensa, pilão, forno de cobre, entre outros.

A Boa Vista contava ainda com dez escravos roceiros à 5:850\$000, no qual chamou nossa atenção o “preto velho de nação de nome João cego e idade perto de cem anos o qual por sua idade e moléstias nada valle”. Além desse escravo, que nos surpreendeu por sua idade avançada, destacamos também um elemento crucial na mesma: a existência de senzalas acopladas aos engenhos de farinha.

Huma casa térrea coberta de telha com paredes de pedra e cal que serve de sensala e fabrica de farinha tendo de frente setenta e dous palmos e setenta e sete de fundo avaliado por um conto de reis; Tres casas pequenas unidas coberta de telha sobre baldrame de pedra e cal com seis portas e serve de sensala com oitenta palmos de frente e trinta e cinco de fundo avaliados por quatro centos mil reis. (MUSEU DA JUSTIÇA, Inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira, 1855).

Enquanto as atividades econômicas da fazenda Boa Vista se davam pela produção da farinha de mandioca, na fazenda das Palmeiras também se produzia arroz, aguardente, tijolos e madeiras. Nela encontrava-se “Hum Engenho de Serra coberto de telha sobre oito pilares de pedra e cal”, “Huma casa de sobrado que serve de paiol, coberta de telha”, “Huma casa com fabrica de soque de dose mãos e moendas de cana e dous Alambiques e pertences e encanamento de agua”, “Huma casa coberta de telha sobre polares de pedra e cal com sessenta e seis palmos de frente e trinta e um de fundo de três portas que serve para fabrica de farinha tendo também um forno de assados”, “Huma casa com forno de queimar telha e tijolo coberta de telha”, “Huma Olaria coberta de palha sobre esteios de pau”, dois ranchos para estocar canoas e madeiras, além de objetos que seriam usados nas atividades agropecuárias da dita fazenda, como “Huma roda e prença”, “Hum forno de cobre”, “Hum pilão usado”, “Trez peneiras de coar de arros”, “Huma rede de pescas”, “Tres serrotes usados” e “Forno de ferreiro”.

Embora não fora arrolada senzalas na fazenda das Palmeiras, nela encontrava-se o maior plantel de cativos do casal. Eram 24 escravos roceiros que totalizavam em 19:250\$000, dentre os

<sup>6</sup> Outras onze canoas foram avaliadas no decorrer do inventário e totalizaram em 834\$000.

quais destacamos o “escravo fulo crioulo de nome Bartholomeo de idade quarenta anos – marinheiro”, “o escravo crioulo de nome Caetano carpinteiro” e “o escravo crioulo de nome Ignacio Oleiro”.

Outros aspectos sobre o patrimônio rural de Leocádia e Manoel podem são evidenciados no inventário. A começar pela criação de gado em ambas as fazendas, onde havia 25 cabeças de gado vacum, 15 cabeças de gado de lã, 2 cavalos, 4 éguas e 13 porcos à 1:205\$000. Porém, um aspecto relevante na vida cotidiana das duas fazendas foi à existência de armazéns com gêneros de negócios. É provável que grande parte da população que vivia no Segundo Distrito de Paranaguá (atual cidade de Guaraqueçaba) frequentava e adquiria os produtos lá encontrados, como urinóis, fechaduras, chumbo para munição, pratarias diversas, enxadas, enxós, foices, velas, potes de barro, castiçais e candeeiros, gravatas, chalés e mantas de chita, lenços brancos e calças sortidas de algodão, além de elementos para abastecimento interno como arrobas de fumo, sabão café, açúcar, feijão, erva mate, madeiras, farinha, arroz em casca e tijolos que, com os demais gêneros, atingiam a quantia de 5:565\$525.

Sendo a escravidão uma das características essenciais do ideal arcaico presente entre as elites mercantis, fica nítido tal caráter na vida do casal aqui analisado. No inventário de Leocádia foram arrolados um total de 52 cativos, sendo que 11 destes ultrapassavam o valor de um conto de reis e outros 5 ocupavam a função de marinheiros, ofício primordial para as atividades desenvolvidas numa região litorânea e portuária. O caráter de comerciantes de grosso trato também pode ser detectado em suas dívidas ativas cuja soma chegava a mais de 40 contos de reis, cujo maior crédito fora de 16:067\$200 ao “finado Francisco Antonio Pereira”. Segundo Cavazzani tais dívidas nos apresentam um retrato do papel de

Manoel Antonio Pereira na cadeia de créditos, adiantamentos e endividamentos vigente na praça comercial de Paranaguá<sup>7</sup>. O Monte mor do inventário de Leocádia atingiu o valor de 237:884\$155, no qual destacamos os seguintes itens:

**Tabela 1: Orçamento do inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira**

Bens de raiz	83:600\$000	46%
Escravos	34:300\$000	19%
Animais	1:205\$000	1%
Artefatos	17:844\$461	10%
Dívidas ativas	43:195\$004	24%
Monte Mor	237:884\$155	100%

Embora não tenhamos conhecimento dos credores do casal, encontra-se no inventário dívidas passivas que somavam 78:882\$725. Resulta-se assim o valor líquido de 159:610\$430. Manoel Antonio Pereira faleceu dois anos depois da abertura do inventário de sua esposa, no decorrer do processo judicial afirmava-se que o inventariante se encontrava "impedido de moléstia".

### Considerações finais

Este trabalho buscou investigar os aspectos do patrimônio e das atividades econômicas do Capitão Mor Manoel Antonio Pereira e sua esposa Dona Leocádia Antonia da Costa Pereira. Por meio da documentação foi possível estabelecer questões referentes à dinâmica econômica, a população escrava e a cultura material que envolveu a vida desse “casal de grosso trato”.

Assim como os inventários de

<sup>7</sup> CAVAZZANI, 2015, p. 198.

comerciantes estabelecidos na *praça* do Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX, analisados por Fragoso e Florentino, os bens inventariados de Manoel e Leocádia Pereira devem ser compreendidos enquanto produto de anos no comércio de grosso trato, seja em atividades mercantis, portuárias, rentistas ou de empréstimos. Pelo valor e descrição dos bens de raiz, escravos, dívidas e artefatos, percebemos que o “ideal aristocrático” presente no conceito de “arcaísmo como projeto” não esteve tão longe do Paraná oitocentista. Porém destacamos os altos valores dos bens de raiz e as dívidas ativas dos inventariados, elementos da riqueza e da circulação monetária de tais indivíduos tanto no aluguel de casas de morada quanto na concessão de empréstimos e crédito na *praça*.

Os objetos da vida cotidiana, presentes nas fazendas da Boa Vista e das Palmeiras, como as canoas, roda, prensa, pilão e forno de cobre nos indicam a materialidade de uma cultura movida pela produção e comércio da farinha no litoral paranaense, sendo aqui considerados como elementos materiais da formação econômica do Paraná. A leitura e análise dos demais inventários *paranguaras*, da segunda metade do século XIX, – arquivados no Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – podem nos fornecer respostas para tal hipótese, além de elementos de âmbito quantitativo e qualitativo sobre a vida social, econômica

e também cultural das primeiras décadas do Paraná.

## Referências

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. V.1 (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível). São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAVAZZANI, André Luiz. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. São Paulo: Alameda, 2015.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina (1820)**. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia, Edusp. 1978.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica** (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

## Fontes

MUSEU DA JUSTIÇA; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira**, 1855.

VIERA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município** (1850). 2 volumes. Curitiba: Museu Paranaense, 1950.